

Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

EDITAL

Pregão Eletrônico SRP nº 037/2022	Abertura das propostas: 10/06/2022 às 10:00 Data e a hora da disputa: 10/06/2022 às 14h:30"
	no sítio <u>www.licitacoes-e.com.br</u>

Objeto

Contratação de empresa(s) especializada(s) através de Registro de Preços no **FORNECIMENTO DE BUFFET, COFFEE BREAK, BISCOITOS FINOS, SALGADOS, SUCOS, REFRIGERANTES,** destinados aos diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Valor Total Estimado

O custo estimado da contratação é de **R\$ 3.939.549,17** (três milhões, novecentos e trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos) obtidos de acordo com a média calculada entre as cotações constantes ao processo.

Registro de Preços?	Vistoria?	Tipo	Forma de Adjudicação
Sim	Não	Menor preço	Por Lote

Licitação Exclusiva ME/EPP?	Exige Amostra/Demo?	Modo de Disputa
NÃO. Com lotes reservados exclusivamente à ME/EPP	Não	Aberto

Pedido de Esclarecimentos	Impugnações	Impugnações					
Até o dia 07/06/2022 para o enc compraspmvc@hotmail.com	dereço Até o dia 07/06/2022 para o ender compraspmvc@hotmail.com	eço					

Observações Gerais

- O descritivo de cada lote bem como dos Itens constantes nos mesmos deverá ser observado no Termo de Referência ANEXO I deste edital.
- Esta licitação é por lote, portanto em atendimento ao Item 5.1 do Edital, a proposta física deverá ser preenchida conforme itens de cada lote em que a licitante deseja participar, digitalizada e inserida no sistema juntamente aos documentos de habilitação.

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões da PMVC pelo endereço <u>www.licitacoes-e.com.br</u> selecionando as opções Pesquisa Avançada > Pesquisa por Identificador > Cód. "941811". O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Licitações-e e também no endereço www.pmvc.ba.gov.br, opção Processo Licitatório





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 037/2022

(Processo Administrativo n° 24.845/2022)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Vitória da Conquista, por meio da Gerência de Compras, sediada na Praça Joaquim Correia nº 55, Bairro Centro, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento *menor preço por lote*, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 20.191/2020, de 17 de março de 2020, do Decreto nº 15.499, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Municipal nº 1.727/2010, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

Data da Sessão Pública: 10/06/2022

Início de Acolhimento de propostas: 31/05/2022 a partir das 08h00min. **Limite de acolhimento de propostas:** 10/06/2022 até às 10h00min.

Abertura das propostas: 10/06/2022 às 10h00min. Data e a hora da disputa: 10/06/2022 às 14h30min. Local: Portal Licitações-e – www.licitações-e.com.br

Pregoeiro Designado: Liliane Brito do Prado, Decreto 21.741/2022 Contato: telefone – (77) 3424-8515.

1.DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) através de Registro de Preços no **FORNECIMENTO DE BUFFET, COFFEE BREAK, BISCOITOS FINOS, SALGADOS, SUCOS, REFRIGERANTES,** destinados aos diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Ata com vigência de 12 meses, de acordo as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência em anexo.
- 1.2. A licitação será dividida <u>em grupos</u>, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço/maior desconto GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

DO REGISTRO DE PRECOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta da Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento do interessado dependerá de registro prévio, e atualizado, perante o provedor do sistema eletrônico www.licitacoes-e.com.br, mantido pelo Banco do Brasil S.A.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

- 3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.3. O licitante responsabiliza-se, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
- 4.1.1. Para os grupos 02, 03 e 04 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:
 - 4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, inclusive que:
 - 4.3.1.1 tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;
 - 4.3.1.2 tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com a Administração Pública, qualquer que seja a esfera de governo, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993 e art. 7º da Lei 10.520/2002;
 - 4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
 - 4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
 - 4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
 - 4.3.8. O Prefeito e o Vice-Prefeito, nos termos do art. 89, inciso I, da Lei Orgânica Municipal nº 528/90;
 - 4.3.9. Os Vereadores, nos termos do art. 89, inciso II, da Lei Orgânica Municipal nº 528/90;
 - 4.3.10. Os ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança, nos termos do art. 89, inciso III, da Lei Orgânica Municipal nº 528/90;
 - 4.3.11. As pessoas ligadas a qualquer desses supracitados (4.3.8, 4.3.9 e 4.3.10) por matrimônio ou parentesco por afinidade ou consanguinidade, até o segundo grau, ou por adoção;





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

- 4.3.12. Os servidores e empregados públicos municipais, nos termos do art. 89, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal nº 528/90.
- 4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante deverá confirmar em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 (*Declaração de segmentação de faturamento*);
 - 4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições e regras contidas no Edital e seus anexos;
 - 4.4.3. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.5. As declarações constantes nos Anexos IV e V deverão ser apresentadas em formato pdf, assinada e em papel timbrado da empresa, juntamente com a proposta de preços e os documentos de habilitação, no prazo previsto do item 5.1 deste edital.
- 4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 4.7. É vedada a representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante, sob pena de exclusão de todas as representadas.
- 4.8. É admitida a participação de empresas em recuperação judicial que possuam o respectivo plano de recuperação deferido e homologado judicialmente (cfr. art. 58 da lei 11.101/2005);
- 4.9. A participação neste certame importa ao proponente a irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto desta licitação, conforme as condições fixadas contratualmente.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da proposta, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
 - 5.1.1 Nas **licitações por item**, as propostas iniciais já registradas no sistema **NÃO** necessitam ser acompanhadas de documento próprio anexado no campo "Lista de Anexos da Proposta", em arquivo digital no formato pdf, d**esde que o campo Descrição/Observações seja preenchido**, observando as disposições previstas no item 6.1 deste Edital.
 - 5.1.2 Nas licitações divididas em Grupo ou Lotes, **assim caracterizadas quando há a aglutinação de itens**, os licitantes ficam **OBRIGADOS** a anexar Proposta de Preços em formato pdf, assinada e em papel timbrado da empresa, no campo "Lista de Anexos da Proposta", conforme modelo do Anexo VI.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br



Atenção Licitantes!

As Propostas de Preços, os documentos de Habilitação e os anexos exigidos em Edital, deverão ser apresentados ao mesmo tempo no sistema do *Licitações-e*.

- 5.2. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha estar assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 5.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da proposta, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante **deverá** enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor total do lote.

- 6.1.2. No campo *Descrição/Observações* deverá ser detalhado o objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, a marca, o fabricante, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, prazo de validade da proposta.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, **desclassificando desde logo aquelas que**: não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
 - 7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 - 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais) para os lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08; de 200,00 (duzentos reais) pata o lote 09.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8.O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada ao Banco do Brasil S.A.;
 - 7.14.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

- 7.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3°, § 2°, da Lei n° 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
 - 7.28.1. no país;
 - 7.28.2. por empresas brasileiras;
 - 7.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
 - 7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 7.30.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço ao praticado no mercado (ou em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos), observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 29 do Decreto n.º 20.191/2020.
- 8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que:
 - 8.2.1 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU Plenário), quando previsto expressamente em Edital;
 - 8.2.2 as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;
 - 8.2.2 contiver valores simbólicos, irrisórios ou apresentar preço manifestamente inexequível, observando-se a regra estabelecida no art. 48, §1°, da Lei nº 8.666/93.
 - 8.2.2.1Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

- 8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo **de até 24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de não aceitação da proposta
 - 8.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.
 - 8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no caixa eletrônica de troca de mensagens (*chat*) a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
 - 8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
 - 8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 9.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).
 - 9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, esse último no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
 - 9.1.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 9.1.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

- 9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.
- 9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de inabilitação.
- 9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6. Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
 - 9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.7. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.
- 9.7.1. Na hipótese de omissão do prazo de validade das certidões de regularidade fiscal ou da certidão negativa de concordata e falência, serão acatadas aquelas com prazo máximo de 30 (trinta) dias da sua expedição.

9.8. Habilitação jurídica:

- 9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.8.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso (http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=);
- 9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social (art. 195, §3º da Constituição Federal), nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional (http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?tipo=1);
- 9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (https://consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf);
- 9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (http://www.tst.jus.br/certidao);
- 9.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6. Prova de regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira.

- 9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis de resultados do último exercício social exigível, apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta comercial ou órgão equivalente, que comprove a boa situação financeira da empresa atualizada por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanços Provisórios, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, constando Termo de Abertura e Encerramento;





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

- 9.10.2.1. Para balanço escriturado pelo Sistema Público de Escrituração Digital SPED o mesmo deverá estar acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento e recibo de entrega de documento digital;
- 9.10.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 9.10.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 9.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item/grupo pertinente.

9.11. Qualificação Técnica

- 9.11.1. Comprovação de aptidão para o objeto contratado em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
 - 9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
 - 9.11.1.1.1. Dados da empresa licitante: nome, CNPJ;
 - 9.11.1.1.2. Dados da empresa cliente: nome, razão social, CNPJ, endereço;
 - 9.11.1.1.3. Descrição dos serviços realizados com dados que permitam o amplo entendimento dos trabalhos realizados e que permitam identificar a compatibilidade e semelhança com o objeto da licitação;
 - 9.11.1.1.4. Dados do emissor do atestado: nome e contato:
 - 9.11.1.1.5. Local, data de emissão e assinatura do emissor.
- 9.12. O licitante enquadrado como <u>microempreendedor individual</u> que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

- 9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
 - 9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento posterior à fase de habilitação.
- 9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.19. O licitante provisoriamente arrematante em um item/grupo, que estiver concorrendo em outro item/grupo, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
 - 9.19.1. Na hipótese de a licitante arrematante deixar de enviar algum documento de habilitação para um dos itens/lotes que concorrer, o Pregoeiro poderá aproveitar, de forma oblíqua, a habilitação já apresentada em outro item/lote, desde que cumprido cumulativamente os seguintes requisitos:
 - 9.19.1.1. O pregoeiro deve se certificar de que a documentação faltante corresponde àquela já apresentada e analisada em item/lote anterior;
 - 9.19.1.2 O pregoeiro deve avaliar se a documentação atende, na integralidade, os dois itens/grupos envolvidos nos itens em questão (essa análise se reforça se a documentação for atinente à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica)
 - 9.19.1.3 O procedimento deve ser adotado com todos licitantes na mesma condição, não se admite a adoção de condutas discriminatórias por parte dos agentes públicos.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br



Licitantes, ATENÇÃO!

Os documentos exigidos em Edital deverão ser incluídos em TODOS os lotes que a empresa pretenda participar.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 10.1. A proposta final do licitante declarado arrematante deverá ser encaminhada no prazo **de 02 (dois) dias úteis,** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
 - 10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
 - 10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.



ATENÇÃO Licitantes!

Não esqueçam de enviar a Proposta de Preço final e reformulada no prazo estipulado neste Edital ao Pregoeiro, por meio do sistema.

- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
 - 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
 - 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

- 11.1. Declarado **o vencedor** e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, ou na hipótese de o Pregoeiro declarar fracassado o certame, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para que qualquer licitante **manifeste a intenção de recorrer**, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema, imediatamente posteriores ao ato de declaração do vencedor ou de declarado fracassado o certame.
- 11.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.3. Uma vez manifestada a intenção, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico ou por meio do e-mail compraspmvc@hotmail.com, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico ou por meio do e-mail compraspmvc@hotmail.com, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 11.6. A falta de manifestação no prazo estabelecido no item 11.1 autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora ou declarar o certame fracassado.



Licitante.

Se você se sentir prejudicado com a decisão do Pregoeiro, recorra!

O recurso é seu instrumento de defesa contra atos ilegais.

Mas lembre-se, a intenção de recorrer deverá ser MOTIVADA e apresentada pelo sistema no prazo estipulado pelo Edital, sob pena de inadmissibilidade.

12.DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
 - 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 - 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1° da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
 - 12.2.1.A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

12.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no Banco do Brasil e nas informações constantes na Receita Federal, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
 - 15.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

- 16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 16.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
 - 16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

meio eletrônico (*e-mail*), para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

- 16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
 - 16.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 16.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos, não cabendo questionamentos posteriores quantos as regras editalícias;
 - 16.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 16.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados a partir de sua assinatura, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 16.5. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao Tribunal de Contas da União (Consulta Consolidada), por meio do link https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/ ou para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como será precedida de consulta ao CAFIMP.
 - 16.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAD, nos termos do Decreto nº 14.872 de 28 de dezembro de 2012, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
 - 16.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAD, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18.DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO.

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
 - 21.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 21.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
 - 21.1.3. Apresentar documentação falsa;
 - 21.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 21.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 21.1.6. Não mantiver a proposta;
 - 21.1.7. Cometer fraude fiscal;
 - 21.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;
- 21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 21.4.2. Multa sobre o valor estimado do(s) item(s) / grupo prejudicado(s) pela conduta do licitante, conforme o caso, de acordo com o Termo de Referência;
 - 21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública e descredenciamento no SICAD, pelo prazo de até cinco anos;
- 21.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 21.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, nos termos do Decreto nº 18.484, de 13 de março de 2018.

- 21.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CAFIMP, CEIS E CNEP, nos termos do decreto municipal nº 18.484, de 13 de março de 2018.
- 21.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 22.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta negociada do licitante mais bem classificado.
- 22.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 22.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitarem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 22.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br



Licitantes,

Há algo de errado com o Edital? Você notou algum erro que prejudique esta licitação? Por favor, não deixe de solicitar esclarecimentos ou apresentar sua impugnação motivadamente ao Pregoeiro.

- 23.2.A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **compraspmvc@hotmail.com**, ou por petição protocolada junto ao Protocolo Geral da PMVC, localizado na Secretaria de Finanças, Praça Joaquim Correia, 55, Centro, em atenção ao pregoeiro responsável.
- 23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos, inclusive o Termo de Referência.
- 23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

- 24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

- 24.7. É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar, originariamente, da proposta (Lei 8666/93, Art. 43, § 3°).
- 24.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 24.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 24.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 24.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 24.12. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Praça Joaquim Correia, nº 55 Centro, nos dias úteis, no horário das 08:30 às 12:00 horas e das 14:30 às 18:00. horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 24.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 24.13.1. ANEXO I Termo de Referência
 - 24.13.2. ANEXO II Minuta de Ata de Registro de Preços, se for o caso.
 - 24.13.3. ANEXO III Minuta de Termo de Contrato, quando for o caso.
 - 24.13.4. ANEXO IV Declarações
 - 24.13.5. ANEXO V Declaração de ME e EPP.
 - 24.13.6. ANEXO VI Modelo de Proposta de Preço.
 - 24.13.7. ANEXO VII Relação de itens e orçamento estimado.

Vitória da Conquista, 27 de maio de 2022.

Edivaldo Santos Ferreira Júnior

Secretário Municipal de Gestão e Inovação



compraspmvc@hotmail.com



Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 24.845/2022

1. ÓRGÃO GERENCIADOR:

1.1. Secretaria Municipal de Gestão e Inovação

SEMGI

2. ORGÃOS PARTICIPANTES:

- **2.1.** Secretaria Municipal de Gestão e Inovação SEMGI;
- **2.2.** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social SEMDES;
- **2.3.** Secretaria Municipal de Meio Ambiente SEMMA;
- **2.4.** Secretaria Municipal de Transparência e do Controle SMTC;
- **2.5.** Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana SEINFRA;
- **2.6.** Procuradoria Geral PROCON;
- **2.7.** Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana SEMOB;
- **2.8.** Secretaria Municipal de Serviço Público SESEP;
- **2.9.** Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Esporte e Lazer SECTEL;
- **2.10.** Secretaria Municipal de Comunicação SECOM;
- **2.11.** Secretaria Municipal de Governo SEGOV;
- **2.12.** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico SMDE;
- **2.13.** Secretaria Municipal de Educação SMED;
- **2.14.** Secretaria Municipal de Finanças e Execução Orçamentária SEFIN;
- **2.15.** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural SMDR

3. DO OBJETO.

3.1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO: Realização de licitação, através do sistema de Registro de Preços, haja vista que a contratação solicitada enquadra-se na hipótese do art. 3°, inciso II do Decreto Municipal 15.499/13, e obedecendo às disposições da Lei Nacional nº 8.666/93, da Lei Complementar nº 123/06, da Lei 10.520/02, da Lei Municipal 1.727/10, dos Decretos Municipais nº11.553/04, 15.499/13 e 20.191/2020 e respectivas alterações, bem como a legislação específica, visando à contratação futura de pessoa jurídica especializada no **FORNECIMENTO DE BUFFET, COFFEE BREAK, BISCOITOS FINOS, SALGADOS, SUCOS, REFRIGERANTES,** destinados aos diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01

Item	Descrição/ especificação	Unid. de Medida	Quant. Mínima	Quant Máxim a	Valor estimado unitário (em R\$)	Valor total (em R\$)
1.1	UVA, de primeira, tipo Itália, verde, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	55	516	24,30	12.538,80





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

					_	
1.2	PERA, de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	30	286	12,67	3.623,62
1.3	MAÇA, de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	250	2411	11,23	27.075,53
1.4	BANANA, da prata, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	240	2311	4,08	9.428,88
1.5	ABACAXI, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	110	1049	6,63	6.954,87
1.6	MAMÃO PAPAIA in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	50	1056	4,88	5.153,28
1.7	MELANCIA, de primeira, in natura, com grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação e, condições adequadas para o consumo, ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	195	1935	2,18	4.218,30
1.8	AMEIXA in natura, com grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação e, condições adequadas para o consumo, ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	25	246	25,67	6.314,82
1.9	KIWI in natura, com grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação e, condições adequadas para o consumo, ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	25	236	33,33	7.865,88
1.10	MELÃO in natura, com grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação e, condições adequadas para o consumo, ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	41	407	6,77	2.755,39
1.11	PÊSSEGO in natura, com grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação e, condições adequadas para o consumo, ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	24	231	34,92	8.066,52
1.12	COCO VERDE in natura, com grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação e, condições adequadas para o consumo, ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Unid.	50	465	2,00	930,00
		-		To	otal do lote	94.925,89





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

LOTE 02

Item	Descrição/ especificação	Unid. de Medida	Quant. Mínima	Quant Máxima	Valor estimado unitário (em R\$)	Valor total (em R\$)
2.1	Suco de caixa (1litro): SUCO, de fruta, pronto para consumo, sabores variados. Na data da entrega, o prazo de validade indicado para o produto, não deverá ter sido ultrapassado na sua metade, tomando-se como referência a data de fabricação do lote, impressa na embalagem. Embalagem tetra pak, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da Anvisa/MS ou Ministério da Agricultura. Marcas de referência: Ades ou Del Valle	Unid.	160	1681	7,29	12.254,49
2.2	Suco de caixa de 200ml : SUCO, de fruta, pronto para consumo, sabores variados. Na data da entrega, o prazo de validade indicado para o produto, não deverá ter sido ultrapassado na sua metade, tomando-se como referência a data de fabricação do lote, impressa na embalagem. Embalagem tetra pak, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da Anvisa/MS ou Ministério da Agricultura. Marcas de referência: Ades ou Del Valle	Unid.	700	6972	2,54	17.708,88
2.3	Água de coco em caixa de 200ml: o prazo de validade indicado para o produto, não deverá ter sido ultrapassado na sua metade, tomandose como referência a data de fabricação do lote, impressa na embalagem. Embalagem tetra pak, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da Anvisa/MS ou Ministério da Agricultura.	Unid.	240	2332	2,98	6.949,36
2.4	Isotônico Bebida Isotônica; Apresentação Liquida; Composta de Agua, Carboidratos, Cloreto de Sódio, Citrato de Sódio, Fosfato de Potássio;	Unid.	70	670	5,56	3.725,20









Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

				1	ı	
	Acidulante, Aromatizante, Corantes					
	Artificiais e Outras Substancias					
	Permitidas; Embalagem Primaria					
	Garrafa Plástica Hermeticamente					
	Fechada; Com Validade Mínima de 5					
	Meses Na Data Da Entrega, 500 mL;					
	_					
	e Suas Condições Deverão Estar de					
	Acordo Com a Resolução Rdc 18/10,					
	Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e					
	Alterações Posteriores; Produto					
	Sujeito a Verificação No Ato Da					
	Entrega Aos Procedimentos					
	Administrativos Determinados Pela					
	Anvisa. Marca de referência:					
	Gatorade					
	Refrigerante gaseificado. Bebida					
	levemente gaseificada, com zero de					
	açúcar, suco natural de limão,					
	levemente gaseificada. O produto					
2.5	deverá ter registro no Ministério da	Unid.	50	500	3,97	1.985,00
1	Agricultura e/ou Ministério da Saúde.					
	Garrafa com 500 mL. Marca de					
	referencia: H20					
	ADOÇANTE DIETÉTICO EM					
	PO(SACHE), SUCRALOSE,					
	ACESULFAME DE POTASSIO:					
	Adoçante Dietético; Em Pó;					
	Composto de Sucralose, Acesulfame					
	de Potássio, Lactose, Antiumectante e					
	Outros Ingredientes Permitidos;					
	Embalagem Primaria Sache					
	Individual, Pesando No Mínimo 0,5					
	Gramas Cada; Embalagem					
2.6	Secundaria Caixa de Papelão	Unid.	20	177	13,83	2.447,91
	Reforçada; Com Validade Mínima de					
	28 Meses Na Data Da Entrega; e Suas					
	Condições Deverão Estar de Acordo					
	Com a Rdc 331/19, In 60/19, Rdc					
	259/02, Rdc 360/03, Rdc 271/05 e					
1	Alterações Posteriores; Produto					
	Sujeito a Verificação No Ato Da					
1	Entrega Aos Procedimentos Adm.					
1	Determinados Pela Anvisa; Caixa					
1	contendo 50 sachês.					
	BEBIDA LÁCTEA UHT SABOR					
1	CHOCOLATE: BEBIDA LÁCTEA					
1	ACHOCOLATADO, LÍQUIDO,					
1	CHOCOLATADO, EIQUIDO, CHOCOLATE, ENRIQUECIDO					
1	COM VITAMINAS - sabor					
2.7		Unid.	590	5900	2,43	14.337,00
1	chocolate. Acondicionada em caixa					
1	tetra pack (embalagem individual)					
	com canudo acoplado e abertura para					
	o canudo, com identificação do					
	produto, marca do fabricante, prazo					





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

meses a partir do recebimento da mercadoria. marca de referência Nescau, todinho, Piracanjuba ou Itambé.		Total do lote	50 407 04
origem animal, selo do serviço de inspeção federal (SIF). Validade de 09			
com selo do serviço de inspeção municipal (SIM) ou do serviço estadual de inspeção de produtos de			
de validade e peso líquido de 200 ml,			

LOTE 03

Item	Descrição/ especificação	Unid. de Medida	Quant. Mínima	Quant Máxima	Valor estimado unitário (em R\$)	Valor total (em R\$)
3.1	Patê atum, Patê; Atum Com; Composto de Atum, Agua, Óleo, Amido, Açúcar, Ovo, Vinagre, Sal, Suco de Limão, Cebola, Alho; Salsa, Acidulante, Espessante e Outros Ingredientes Permitidos; Transportado e Conservado Em Temperatura Ambiente; Embalagem Primaria Hermeticamente Fechada e Atóxica; Com Validade Mínima de 15 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Instrução Normativa 21/00, Instrução Normativa 22/05, Decreto 30.691/52, Rdc 12/01, Rdc 259/02,; Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimento Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa peso mínimo 150g Marcas de referência: Coqueiros e Gomes da Costa.	Unid.	80	755	10,31	7.784,05
3.2	Bombons sortidos. BOMBOM DE CHOCOLATE 250 GRAMAS Bombons sortidos de chocolate, caixa contendo entre 17 e 19 unidades (ou superior), de bombons com sabores variados, embalagem com peso entre 250 e 300 gramas (ou superior). Obs: Cotar produto de 1ª qualidade. Suas condições Deverão Estar de Acordo Com a resolução Rdc 265/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e alterações Posteriores; Produto Sujeito a verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Admin. Determinados Pela Anvisa;	Caixa	65	647	13,30	8.605,10









Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

	Marcas de referência: Garoto, Nestlé,					
3.3	Barras de cereais; Sabor variado; Composta de Glicose, Farinha de Arroz, Farinha de Trigo, Farinha de Cevada, Aveia, açúcar, Sal, Óleo de Palma, Lecitina de Soja, Emulsificante, Antioxidante e Aromatizante; Barra Pesando No Mínimo 20 Gramas; Embalada Em Material Flexível Laminado Pet/bopp Metalizado, Hermeticamente Fechada; e Suas condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 359/03, Rdc 360/03, Rdc 263/05, Rdc 14/14 e alterações Posteriores; Produto Sujeito a verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Admin. Determinados Pela Anvisa; Com Validade Mínima de Validade mínima de 3 Meses Na Data Da Entrega.	Unid.	870	8692	2,45	21.295,40
3.4	PAO DE FORMA, Tipo Tradicional, Peca Fatiada; Composto de Farinha de Trigo Enriquecida C/ferro e Ácido Fólico, açúcar, Gordura Vegetal, Leite Em pó; Sal, Reforçador, Agua, Fermento Biológico, Conservador; Embalagem Primaria Saco Plástico Atóxico e Lacrado; e Suas condições deverão Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 150/17, Rdc 263/05 e alterações Posteriores; Produto Sujeito a verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Com Validade mínima de 8 Dias Na Data Da Entrega; peso 500g.	Pacote	70	695	8,98	6.241,10
3.5	Granola: Mistura para o Preparo de Cereal; Granola Tradicional, Composta de Gérmen de Trigo, Flocos Arroz, Uva Passa; Gergelim, açúcar Mascavo, Semente de Linhaça; Coco Ralado, Extrato de Malte e Edulcorantes; Isenta de Sujidades e Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Saco plástico, atóxico, Hermeticamente Fechado; Com Validade mínima de 07 Meses Na Data Da Entrega; e Suas condições deverão Estar de Acordo Com a resolução 273/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e	Pote	21	205	18,57	3.806,85





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

	alterações Posteriores; Produto Sujeito a verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; pote com peso de 350gramas					
3.6	Mix de castanhas com frutas secas: contendo no mínimo Castanha do Pará; Castanha de Caju; Nozes; Avelã; Amêndoas; Damasco; Amendoim; Uvas Passas; Lâminas de coco. pacote com peso de 1 Kg.	Pacote	12	120	71,11	8.533,20
					Total do lote	56.265,70

LOTE 04

Item	Descrição/ especificação	Unid. de Medida	Quant. Mínima	Quant Máxima	Valor estimado unitário (em R\$)	Valor total (em R\$)
4.1	Folha de alumínio de 7,5m x 45cm	Rolo	60	605	7,04	4.259,20
4.2	Filme estirável de PVC: Filme para Embalagem; Em Pvc, 9 Micras; Aderente e Flexível, Utilizado para Embalar e Proteger Materiais; Resistente a Perfuração, Atóxico, Inodoro; Medindo Largura 28 cm - Comprimento 300m; Apresentada Em Bobina;	Rolo	42	423	6,28	2.656,44
4.3	Prato Descartável; de Poliestireno, Redondo, Raso, de Sobremesa; Com Diâmetro Mínimo de 15 cm; e Profundidade mínima de 5 Mm; Na Cor Branca; Sem Divisão, Sem Tampa; Acondicionado Em Embalagem Que Garanta a Integridade do Produto; (embalagem com 10 pratos)	Pacote	370	3987	2,49	9.927,63
4.4	Pratos descartáveis: de Poliestireno, Redondo, Raso, de Sobremesa; Com Diâmetro Mínimo de 18 Cm; e Profundidade mínima de 5 Mm; Na Cor Branca; Sem divisão, Sem Tampa; Acondicionado Em Embalagem Que Garanta a Integridade do Produto; (embalagem com 10 pratos)	Pacote	284	2880	3,08	8.870,40
4.5	Garfo de plástico; para Refeição, Tipo Master; Em Polietileno, descartável; Medindo No mínimo 170 Mm de Comprimento; Espessura mínima de 3 Mm No Cabo; Na Cor cristal (embalagem com 50 unidades).	Pacote	140	1420	6,13	8.704,60
4.6	Guardanapos especiais de Papel; Medindo (23,5 x 23,5) Cm; Em Folha Dupla; Tipo Liso; Cor Branca; Alvura	Pacote	280	2827	2,46	6.954,42









Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

Superior a 70%, Conforme Norma Iso e 100% Celulose; Impureza Máxima				
15mm2/m2, conforme Norma Tappi				
T437 Om-90; (embalagem com 50 unidades)				
	l		Total do lote	41.372,69

LOTE 05

Item	Descrição/ especificação	Unid. de Medida	Quant. Mínima	Quant Máxima	Valor estimado unitário (em R\$)	Valor total (em R\$)
5.1	Refrigerante a base de guaraná, cola e laranja, com aroma natural, sabor suave, garrafa de 2 litros, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Marcas referentes: Coca-Cola, Guaraná Antarctica.	Embalagem (pacote) com 06 (seis) unidades	150	1170	60,92	71.276,40
5.2	Refrigerante a base de guaraná, cola e laranja, com aroma natural, sabor suave, embalagem em lata (350ml), com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Marcas referentes: Coca-Cola, Guaraná Antárctica.	Embalagem (pacote) com 12 (doze) unidades	73	729	48,85	35.611,65
5.3	Refrigerante zero a base de guaraná, cola e laranja, com aroma natural, sabor suave, embalagem em lata (350ml), com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Marcas referentes: Coca-Cola, Guaraná Antárctica.	Embalagem (pacote) com 12 (doze) unidades	22	220	52,40	11.528,00
	Cora, Guarana Antarctica.		<u> </u>	<u> </u>	Total do lote	118.416,05

LOTE 06

Item	Descrição/ especificação	Unid. de Medida	Quant. Mínima	Quant Máxima	Valor estimado unitário (em R\$)	Valor total (em R\$)
6.1	SALGADOS FRITO PARA FESTA FINOS TIPO "A":	centos	100	978	222,50	217.605,00



Edital PE SRP nº 037/2022



Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

	Coxinha de galinha; Quibe de carne; Rissoles; Pastel de carne; Pastel de frango; Boliviano; Bolinha de queijo; Croquete de Bacalhau.					
6.2	SALGADOS ASSADO PARA FESTA FINOS TIPO "A": Folhado de abacaxi; Folhado de banana; Pastel de forno de frango; Pastel de forno de carne; Empada de galinha; Empada de bacalhau; Saltenha; Esfirra de carne; Esfirra de frango; Croissant de abacaxi; Quiche de peito de peru; Tortinha de camarão; Tortinha de bacalhau; Tortalete de Bacalhau; Tortalete de Camarão; Pãozinho com recheio Pãozinho sem recheio.	centos	100	968	196,67	190.376,56
6.3	Doce tipo Casadinho (finos tipo "A")	centos	30	306	193,33	59.158,98
6.4	Doce tipo Olho de sogra (finos tipo "A")	centos	30	293	193,33	56.645,69
6.5	Doce tipo Brigadeiro (finos tipo "A")	centos	30	306	193,33	59.158,98
6.6	Doce tipo Uva empanada (finos tipo "A")	centos	30	296	193,33	57.225,68
6.7	Doce tipo Trufa (finos tipo "A")	centos	40	403	256,67	103.438,01
					Total do lote	743.608,30

LOTE 07

Item	Descrição/ especificação	Unid. de Medida	Quant. Mínima	Quant Máxima	Valor estimado unitário (em R\$)	Valor total (em R\$)
7.1	LANCHE TIPO X SALADA: (pão de hambúrguer, hambúrguer, queijo, presunto, tomate, alface, milho verde, batata palha). Cada lanche deverá estar enrolado em papel de alumínio e acondicionado em embalagem de isopor e acompanhado de guardanapo, sachê de Ketchup, maionese e mostarda.	Unidade	2440	24467	15,25	373.121,75
			•	•	Total do lote	373.121,72





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

LOTE 08

Item	Descrição/ especificação	Unid. de Medida	Quant. Mínima	Quant Máxima	Valor estimado unitário (em R\$)	Valor total (em R\$)
8.1	BISCOITOS doces e finos amanteigados, Petit four, sabores variados.	Kg	110	1102	43,67	48.124,34
8.2	BISCOITOS salgados finos sabores variados kg.	Kg	110	1106	43,67	48.299,02
8.3	BOLO DE AIPIM 500 g. Especificação: com dados de identificação do produto, fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Unid.	92	924	11,30	10.441,20
8.4	BOLO DE MILHO 500 g. Especificação: com dados de identificação do produto, fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Unid.	93	933	11,30	10.542,90
8.5	BOLO DE TRIGO 500 G. Especificação: com goiabada, farinha de trigo enriquecidas com ferro e ácido fólico, fécula ou amido, fermento químico, açúcar, ovo, gordura vegetal (preferencialmente livre de gorduras trans) ou óleo vegetal, isento de corantes na massa, com dados de identificação do produto, fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Unid.	110	1097	10,60	11.628,20
8.6	BOLO DE TRIGO 500 G. Especificação: Farinha de trigo enriquecidas com ferro e ácido fólico, fécula ou amido, fermento químico, açúcar, ovo, gorduras vegetal (preferencialmente livre de gorduras trans) ou óleo vegetal , isento de corantes na massa , com dados de identificação do produto, fabricante , data de fabricação e prazo de validade.	Unid.	101	1014	11,60	11.762,40
	vandade.				Total do lote	140.798,06

LOTE 09

Item	Descrição/ especificação	Unid. de Medida	Quant. Mínima	Quant Máxima	Valor estimado unitário (em R\$)	Valor total (em R\$)
9.1	COFFEE BREAK para 100 pessoas: café, refrigerantes, salgados fritos e assados com recheios de carne e frango e	Unid.	24	252	2.619,33	660.071,16





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

	biscoitos com sabores variados; acompanhado de guardanapos, copos descartáveis e toalhas para mesa.					
9.2	COFFEE BREAK para 200 pessoas: café, refrigerantes, salgados fritos e assados com recheios de carne e frango e biscoitos com sabores variados; acompanhado de guardanapos, copos descartáveis e toalhas para mesa.	Unid.	10	104	5.459,56	567.794,24
9.3	COFFEE BREAK para 400 pessoas: biscoitos finos, folhados de abacaxi, folhados de banana, salada de frutas com granola, pão com patê, (sanduíche natural). Café com açúcar / sem açúcar, chocolate quente, suco de caju e suco de goiaba. Acompanhado de guardanapos, copos descartáveis e tolhas para mesa.	Unid.	10	67	11.666,67	781.666,89
9.4	COFFEE BREAK para 50 pessoas: café, refrigerantes, salgados fritos e assados com recheios de carne e frango e biscoitos com sabores variados; acompanhado de guardanapos, copos descartáveis e toalhas para mesa.	Unid.	20	190	1.590,00	302.100,00
					Total do lote	2.311.632,29

- 3.1.1. A disputa será realizada levando em consideração o menor preço global por lote.
- 3.1.2. A relação dos órgãos participantes e a estimativa de consumo individualizada do órgão gerenciador e dos órgãos participantes encontra-se detalhada no link: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MbMPDDQ1n3qDAwmQbiUvBnjoegFZxLQV/edit?usp = sharing&ouid=106514223213787403578&rtpof=true&sd=true
- 3.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura,
- **3.3.** Após notificação, o ganhador do certame deverá apresentar-se junto à Administração Municipal para realizar a assinatura do contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- **3.4.** Responsável Técnico: **Helder Carlos Silva de Sousa,** inscrito na matrícula 14147-5, podendo ser encontrado das 08:00 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, telefone: 77 3424 -8504 ou 3424 8505.

4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

A abertura do processo licitatório justifica-se pela necessidade de contratação dos serviços em virtude a constante aplicação de recursos e contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Buffet, coffee break, biscoitos finos, salgados, sucos, refrigerantes, em função das demandas dos diversos setores em realizar eventos. Desta forma, a realização do procedimento licitatório proporcionará condições favoráveis para atendimento dos eventos a serem realizados, bem como a redução de gastos, uma vez que a contratação pode ser realizada por meio de uma única licitação.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

Cabe destacar que a prestação do serviço ora mencionada, visa atender as diversas secretarias participantes do processo licitatório em: palestras, reuniões, inaugurações, confraternização, ações semanais de conscientização e eventos festivos a exemplo do São João e Natal.

A quantidade estimada, advém das necessidades das diversas secretarias que manifestaram interesse em participar do processo licitatório, como pode ser observado nas comunicações anexadas aos autos mediante a assinatura do Ordenador de Despesas. Ademais, cabe destacar que os secretários tem a finalidades de planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as ações políticas do Poder Executivo Municipal, visando à integração das políticas públicas e das atividades dos órgãos e das entidades da Administração Pública, para realização de investimentos, serviços públicos e desenvolver os meios indispensáveis ao comprimento eficiente de seus objetivos, tornando indispensáveis a disponibilização dos recursos apresentados neste processo termo de referência, uma vez que as secretarias devem atender metas nas diversas serviços prestados ao município. Desta forma, e em consonância com as boas práticas administrativas, e visando a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, foram juntadas a este termo os pedidos das diversas secretarias.

Os itens foram agrupados em lotes, pois alguns são de baixo custo, o que tornaria a disputa por itens inviável, pois não seria vantajoso para o licitante pagar tarifas de cadastro no sistema do Banco do Brasil, produção de documento e envio para participar de uma licitação com itens de custo muito baixo. Assim, conforme cita o artigo 23, inciso 1º da Lei 8.666/93: "As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala".

Conforme o Art. 15. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto nº 11.553/2004. Sistema de Registro de Preços é —o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens e serviços comuns para contratações futuras, sendo esta, uma contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de material de expediente, e não tendo os quantitativos exatos a serem adquiridos optou-se pelo Registro de Preços para este fornecimento de bens conforme, Art. 3º do Decreto Municipal de nº 15.499/2013.

- I Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;
- IV Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Considerando, portanto, e em especial os incisos III e IV do artigo supracitado, uma vez que poderão surgir demandas espontâneas e não temos como determinar diretamente a quantidade a ser contratada, e para garantirmos atendimentos futuros, ensejando, portanto, em economia para o município, pois evitará à abertura de novos processos, optamos por esta modalidade para atender à demanda prevista neste processo.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS.

5.1. Os bens indicados no item 3 caracterizam-se como bens comuns, nos termos do art. 1°, parágrafo único da Lei n° 10.520/2002 c/c art. 4°, §1° do decreto municipal 20.191/2020.

6. DA QUALIFICAÇÃO-TÉCNICA.

- **6.1.** Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviço/ fornecimento similar ao objeto do presente Termo de Referência.
 - 6.1.1. Os atestados apresentados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - a) dados da empresa licitante: nome, CNPJ;





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

- b) dados da empresa cliente: nome, razão social, CNPJ, endereço;
- c) descrição dos serviços realizados com dados que permitam o amplo entendimento dos trabalhos realizados e que permitam identificar a compatibilidade e semelhança com o objeto da licitação;
- d) dados do emissor do atestado: nome e contato;
- e) local, data de emissão e assinatura do emissor.
- **6.2.** O licitante deverá comprovar o fornecimento de pelo menos 10% do quantitativo total de cada grupo/item, admitindo-se, para tanto, o somatório de atestados, nos temos do Acórdão 2924/2019-Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU);
- **6.3.** Apresentar **Alvará Sanitário ou Licença Sanitária** válida a ser emitida pela Vigilância Sanitária da Sede da licitante, devendo constar atividade compatível com o objeto da licitação.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 7.1. O prazo de entrega dos bens é de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do recebimento da respectiva ordem de compra para iniciar o fornecimento, em remessa gradativa, prestado conforme a necessidade e conveniência da unidade requisitante, considerando as particularidades e respectivas ocorrências de necessidades logísticas, em local que será previamente informado na Ordem de Serviço conforme necessidade do órgão.
- **7.2.** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- **7.3.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (uma) hora, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- **7.4.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 01 (uma) hora, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
 - 7.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- **7.5.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

- **8.1.** São obrigações da Contratante:
 - 8.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 8.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- **8.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

- **9.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 9.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada no município de Vitória da Conquista, se for o caso;
 - 9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 9.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 9.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 9.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO.

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a PRÉVIA anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO.

- **12.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante, mediante Portaria, para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
 - 12.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados mediante Portaria, pelo Secretário ordenador da despesa.
- **12.2.** À Contratante reserva-se o direito de fiscalizar a entrega dos produtos, quando e da forma que julgar conveniente.
- **12.3.** Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da entrega do bem e registrar, todas as ocorrências e as deficiências verificadas, e em sua cópia será encaminhada a CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.
- **12.4.** O fiscal do contrato será designado à época da contratação pela unidade requisitante.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

- **12.5.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- **12.6.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DO PAGAMENTO.

- 13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
 - 13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5°, § 3°, da Lei nº 8.666, de 1993.
- **13.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- **13.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio do SICAD ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAD, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências cabíveis.
 - 13.3.1.1.Constatando-se, junto ao SICAD, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;
 - 13.3.1.2.O prazo do inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração;
- 13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- **13.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- **13.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAD para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, nos termos do art. 1º do Decreto Municipal nº 14.872/2012.
- **13.7.** Constatando-se, junto ao SICAD, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis improrrogáveis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- **13.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAD para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

impeditivas indiretas, fazendo-se necessária a convocação do fornecedor para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

- 13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- **13.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- **13.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAD.
 - 13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAD, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- **13.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- **13.13.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$
 $I = (6/100)$ $I = 0,00016438$ $TX = Percentual da taxa anual = 6% 365$

14. DO REAJUSTE.

Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

- 14.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- **14.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

- 14.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- **14.4.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- **14.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- **14.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- **14.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS.

- **15.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
 - 15.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 15.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 15.1.5. Cometer fraude fiscal;
- **15.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 - 15.2.1. Cancelamento da ata de registro de preços.
 - 15.2.2. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 15.2.3. Multa moratória de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 15.2.4. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 15.2.5. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 15.2.6. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 15.2.7. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração Pública com o consequente descredenciamento no SICAD pelo prazo de até cinco anos;
 - 15.2.7.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.
 - 15.2.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- **15.3.** As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.2, 15.2.6, 15.2.7 e 15.2.8 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

- **15.4.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
 - 15.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 15.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 15.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- **15.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- **15.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa Municipal e cobrados judicialmente.
 - 15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- **15.7.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- **15.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.
- **15.10.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- **15.11.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

16.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 3.939.549,17 (três milhões, novecentos e trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos) obtidos de acordo com a média calculada entre as cotações constantes ao processo.

17. DOS RECURSOS ORCAMENTÁRIOS.

17.1. As dotações orçamentárias para classificação das respectivas despesas serão oportunamente informadas à época da contratação. A Fonte de Recurso será do Tesouro Municipal, Estadual e Federal.

18. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PRECOS.

18.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 15.499/2013.

- **18.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- **18.3.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Município de Vitória da Conquista - BA, 18 de maio de 2022.
Helder Carlos Silva de Sousa
Matricula 14147-5
Responsável Técnico

APROVAÇÃO

Nos termos do art. 19, II do decreto municipal nº 20.191/2020, fica o presente Termo de Referência aprovado, devendo seguir às fases posteriores.

EDIVALDO SANTOS FERREIRA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E INOVAÇÃO

ANEXO I - TERMO CIRCUNSTANCIADO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

	IDENTIFICAÇÃO					
Processo nº:						
Contrato nº:						
Contratada:						
Contratante:						
Vigência:						





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

Objeto:	
Data da Entrega:	
Data do Aceite:	
Valor do Contrato ou Nota de Empenho:	
Nota Fiscal nº:	
	DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO
	PROVISÓRIO em XX da Cláusula XXX do Contrato em epígrafe, atesto o recebimento provisório do os abaixo. Condições de recebimento:
Condições de re	cebimento:
Obrigação foi cumprida () no prazo; () fora do prazo (data _	/) integralmente parcialmente, tendo em vista o seguinte:
	cebido provisoriamente não conclui o cumprimento da obrigação, ficando sujeito a na qualidade e quantidade, que ocorrerá até o dia/
() RECEBIMENTO I	DEFINITIVO
emitimos o presente TER	e, em face do encerramento da execução do objeto a que se refere o contrato em epígrafe, MO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, com eficácia liberatória parcial das obrigações ão das ressalvas abaixo indicadas (SE HOUVER).
OBSERVAÇÕES:	
em epígrafe, emitindo o p as obrigações do contrata	te, em caráter definitivo, a fiel e perfeita execução do objeto a que se refere o contrato resente TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, com eficácia liberatória de todas do, exceto as garantias legais (art. 73, § 2°, da Lei n° 8.666/93), bem como autorizamos arantias e/ou cauções prestadas.
Assinatura do Fiscal Contrato e Matrícula	





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2022

Processo nº xxxxxx/2022 Pregão Eletrônico nº: xxx/2022 Órgão Gerenciador: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX										
Órgão(s) participante(s): INDICAR OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES, CASO EXISTAM.										
O Município de Vitória da Conquista, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Joaquim Correia, nº 55, Centro, CEP 45.000-907, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.239.578/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito, o Senhor Prefeito Municipal, NOME COMPLETO, brasileiro, estado civil, XXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade, portador do RG nº SSP/BA e CPF nº, no uso da atribuição que lhe confere XXXX, considerando a homologação da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XXX, em XX/XX/XX, processo administrativo nº XXXX, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes as normas constantes na Lei nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, nos Decretos Municipais nº 20.191, de 2020 e 15.499, de 2013. Ademais, as especificações técnicas constantes do Processo nº XXXXXXX e no EDITAL nº XX/XX, assim como todas as obrigações e demais condições descritas no Edital, no Termo de Referência, no Contrato e na Proposta de Preços, integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.										
1. DO OBJ	ЕТО.									
FORNECIE REFRIGEI condições, q 1.2. A existe advir, facult	MENTO RANTES quantidade ência de p tando-se	m por objeto a Contratação de er DE BUFFET, COFFEE BI, destinados aos diversos órgãos es e exigências estabelecidas nes preços registrados não obriga a a realização de licitação especí	REAK, Bida Prefeitute instrume Administra	ISCOI'. era Mun ento. eção a f	ros FINOS, S icipal de Vitória irmar as contrata	ALGADOS, da Conquista, ções que dele	SUCOS, conforme			
		o preferência em igualdade de c	-							
2. DOS PR	EÇOS, E	SPECIFICAÇÕES E QUANT	TTATIVO	S.						
2.1. O preç proposta(s)	_	ado, as especificações do objet e seguem:	to, a quan	tidade	e as demais cor	ndições oferta	das na(s)			
LOT E ITEM DESCRIÇÃO/ESPECIFIC AÇÃO U.F QUANTIDA VALOR UNITÁRI O VALOR TOTAL										
2.2. O forne	2.2. O fornecedor classificado é o que se segue:									
EMP	EMPRESA FORNECEDORA:									





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

CNPJ:		RAZÃO SOCIAL:				
ENDEREÇO:						
CIDADE:		UF:		CEP:		
TELEFONE:						
ENDEREÇO ELETRÓ	ENDEREÇO ELETRÔNICO:					
REPRESENTANTE:						
RG N°	ÓRGÃO EXPEDI	DOR/UF:	CPF N°			

3. DO CADASTRO RESERVA.

- 3.1. Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o item registrado nesta ata <u>pelo</u> mesmo preço do 1º classificado na licitação, esta integrará o Anexo I desta Ata (*Cadastro de Reserva*), podendo fornecer o referido item apenas nas hipóteses de exclusão do fornecedor classificado em primeiro lugar, de acordo com previsão constante da legislação pertinente.
- 3.2. As empresas que integrarem o cadastro de reserva somente terão sua proposta, bem como sua documentação habilitatória, analisada, para fins de aceitação e habilitação, quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses mencionadas.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR BENEFICIÁRIO DA ATA.

4.1. Os detentores dos preços registrados deverão cumprir o compromisso firmado por intermédio do presente instrumento, nos termos dispostos no Decreto nº 15.499/2013 e no Edital de Pregão e seus anexos, e cumprir, integralmente, todas as cláusulas e condições constantes dos contratos ou instrumentos equivalentes porventura firmados, sob pena de revogação da presente Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das aplicações das penalidades cabíveis.

5. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

- 6.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Capítulo IX do Decreto Municipal nº 15.499, de 2013.
- 6.2. As aquisições ou contratações adicionais por parte de Órgãos Não Participantes, na forma do art. 22 do Decreto n.º 15.499/13, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos totais fixados no item 2.1, por item, assim como a totalidade das adesões não poderá exceder ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado, independente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.
- 6.3. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta ata de registro de preços, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de solicitação de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e com os Órgãos Participantes de Compra Nacional.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

7. DA VALIDADE DA ATA.								
.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir de,/ tendo validade té/, não podendo ser prorrogada.								
8. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS.								
.1. As condições gerais do fornecimento do produto ou prestação de serviços, tais como os — prazos para entrega recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, sanções e demais condições e ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, na minuta de contrato, no Edital da Licitação e na egislação citada em epígrafe.								
9. DA DIVULGAÇÃO.								
9.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o - quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.								
9.2. Nos termos da Lei Municipal nº 1.851, de 2012, a pr Diário Oficial do Município, estando disponível para cor								
9.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e a houver).								
10. DO FORO.								
10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vitória da Conqu oriundas do presente Termo, com renúncia expressa de q								
Vitória da Conquista – BA,,	, de de							
MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA NOME COMPLETO	EMPRESA BENEFICIÁRIA XXXXXXX							

Prefeito Municipal

Representante Legal **CPF Nº:** XXXX Inst. de outorga de poderes: Contrato Social ou Procuração





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

		CONTRAT MUNICÍPI		QUE E		CEL	TTO DE LEBRAM O QUISTA E
com se denom Execuç SOUZ CPF/M Conquisediada represe Regist: Federa nº 20.1	NICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA de na Praça Joaquim Correia, nº 55, Centrinado simplesmente CONTRATANTE, nesião Orçamentária, em cumprimento ao Decra A SALA, brasileiro, casado, bancário aposes IF sob o nº 071.105.375-87, domiciliado no sista — Bahia, e	ro, inscrito no ste ato represe reto Municipal ntado, portadon la Rua A, Inoca inscrita no CF), doravante nacionalidade,	CNPJ/M ntado pe n° 20.7. do RG coop II, NPJ/MF denon estado , resid i CON7 , do 24.845/. 10.520//es seguin	AF sob o elo Secret 57, art. 1 nº 01.033 nº 0008. F sob o minada (civil, prente e do FRATO tipo me 2022, obs 02, do007 ntes:	tário Munio o, inciso III 3.188-36 /S , Bairro Ca contrat rofissão, p omiciliado DE FORN nor preço servadas as 710/2022 D oara atende o, incluindo	.578/00 cipal d I, § 4°, SSP-BA andeias TADA ortado na NECIN por i dispos decreto	de Finanças e , Sr. JONAS A, inscrito no s, Vitória da , neste ato or do RG no MENTO DE item, Ata de sições da Lei os Municipais
Item	Descrição dos bens	U.F.	Qu	ant.	Valor Ui (R\$)		Valor Total (R\$)
O forn	ecimento dos bens será realizado em confo Eletrônico nº).	rmidade com	o Termo) de Refe	erência (An	nexo I	do Edital de
2.1. Cláusi	Os prazos de entrega e aceitação estão des de Pregão Eletrônico nº). ala Terceira – DO PAGAMENTO E DO R		7 do To	ermo de l	Referência	(Anex	o I do Edital
Pelo fo	ornecimento dos produtos, objeto deste conte e R\$, (reais), por meio	rato, o CONT		1 0			





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

	RATADA, estando incluso neste preço todos os custos, tais como impostos, taxas, manutenções tivas ou corretivas, e todas as demais necessárias para a plena execução do contrato.
3.1.	O pagamento será realizado em conformidade com o Item 13 do Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº);
3.2.	As condições de reajuste estão detalhadas no Item 14 do Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº);
3.3.	Ao CONTRATANTE se reserva o direito de recolher e/ou reter, no valor pago, tributos que sejam de sua competência ou dos quais seja responsável ou substituto tributário;
3.4.	Em casos de eventuais atrasos de pagamento, provocados exclusivamente pela Administração, fica convencionado que o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração far-se-á desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:
	I = (TX/100) 365 EM = I x N x VP, Onde: I = Índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.
3.5.	Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte do CONTRATANTE e haverá, em consequência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado;
Cláus	ula Quarta – DO PRAZO
	ontrato terá vigência de// a/, podendo ser prorrogado, na forma do art. 57, § 1°, da 8.666/93.
Cláus	ula Quinta – DA DOTAÇÃO
As des	pesas decorrentes deste contrato correrão por conta da Rubrica Orçamentária da Secretaria Municipal de: Atividade, Elemento, Sub-elemento e Fonte de Recurso
Cláus	ula Sexta – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO
prévia	ente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte, sem e expressa autorização do CONTRATANTE, sob pena de aplicação de penalidade prevista neste contrato nas vigentes.
Cláus	ula Sétima – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Consti	tuem obrigações da CONTRATADA:
7.1.	Cumprir todas as obrigações dispostas no Item 9 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

7.2.	desponsabilizar-se pela execução do contrato, observando as condições estabelecidas no Termo de
	Leferência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº) e nas normas que regem este Contrato;

- **7.3.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao fabricante, procedência e prazo de garantia;
- **7.4.** Substituir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, ou que estiverem em desacordo com as especificações do Termo de Referência;
- **7.5.** Comunicar a CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedam a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- **7.6.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **7.7**. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- **7.8.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- **7.9**. Responsabilizar-se pelas despesas de tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Cláusula Oitava – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- **8.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- **8.2.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da prestação dos serviços;
- **8.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- **8.4.** Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;
- **8.5.** Realizar o devido pagamento, pela execução do contrato, no prazo e valor pactuados;
- **8.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada e seus prepostos;
- **8.7**. A CONTRATANTE não se responsabilizará por prejuízos de qualquer natureza, proveniente de ação dos prepostos da contratada, e será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, qualquer dano causado pela atuação a serviço deste órgão, bem como prejuízos causados a terceiros.

Cláusula Nona – DA FISCALIZAÇÃO

Competirá ao CONTRATANTE, através de servidor designado pela **Unidade Requisitante**, proceder à fiscalização de toda execução do Contrato, verificando o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos, consoante o disposto no art. 67, da Lei n.º 8.666/1993.

9.1.	O	fiscal	do	contrato	será	O	servidor	(nome),	(matricula),	lotado
				,						





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

	9.1.1. O fiscal suplente do contrato será o servidor _	(nome),	(matricula)
	lotado;		
9.2.	O responsável técnico do contrato será o servidor	(nome),	(matricula), lotade
	;		

- 9.3. O fiscal e o responsável técnico serão responsáveis por fiscalizar o efetivo cumprimento de todas as obrigações das partes contratadas e às ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados;
- **9.4.** A ação ou omissão, total ou parcial da Fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA, no que couber da responsabilidade na execução do contrato.

Cláusula Décima - DO RECEBIMENTO

Os recebimentos, provisório e definitivo, do objeto contratual, dar-se-ão de acordo com normas do **CONTRATANTE**, contidas no edital do Pregão Eletrônico n.º ____, e Processo Administrativo n.º 24.845/2022, observadas as disposições constantes do Artigo 73, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Cláusula Décima Primeira – DAS PENALIDADES

O descumprimento pela CONTRATADA das obrigações constantes deste contrato importará, com base no artigo 7°, da Lei 10.520/2002, e artigo 87, da Lei 8666/1993, garantida a ampla defesa, na aplicação das seguintes sanções:

- 1. Advertência por escrito;
- 2. Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas em lei, na hipótese de recusa injustificada da licitante vencedora em celebrar o contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;
- 3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/fatura referente ao mês em que for constatado o descumprimento de qual quer obrigação prevista neste Termo de Referência ou no termo contratual, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas;
- 4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa da contratada.
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- **11.1.** As sanções previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, sendo assegurado à contratada o contraditório e a ampla defesa;
- **11.2.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração;
 - **11.2.1.** Se a multa for de valor superior ao do pagamento devido, a CONTRATADA continuará efetivando os descontos nos meses subsequentes, até que seja atingido o montante atribuído á penalidade,





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

- ou, se entender mais conveniente, poderá descontar o valor remanescente da eventual garantia prestada, ou ainda, quando for o caso, realizar a cobrança judicialmente;
- **11.3.** Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso no fornecimento advier de caso fortuito ou motivo de força maior;
- **11.4.** As sanções aplicadas à CONTRATADA serão obrigatoriamente registradas no SICAD, nos termos dos procedimentos inerentes ao Município de Vitória da Conquista/BA.

<u>Cláusula Décima Segunda – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E</u> OUALIFICAÇÃO

A CONTRATADA deverá comprovar, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de licitação e em seus anexos, por meio da atualização das Certidões no Cadastro de Fornecedores do Município de Vitória da Conquista – SICAD, na forma do art. 1°, § 4° e art. 4° do Decreto Municipal n.º 14.872, de 28 de dezembro de 2012.

Cláusula Décima Terceira - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme previsão do art. 77, da Lei n.º 8.666/93, sendo reconhecidos pela CONTRATADA os direitos da CONTRATANTE.

- **13.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78, da Lei n.º 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80, da mesma Lei, sem prejuízo das sanções previstas no mesmo diploma legal.
 - **13.1.1.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, de acordo com o parágrafo único, do art. 78, da lei acima referida;
 - **13.1.2.** Em quaisquer das formas de rescisão contratual, unilateral, amigável ou judicial, será observado o art. 79, da Lei n.º 8.666/93.

Cláusula Décima Quarta – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato fundamenta-se nas Leis n.º 10.520/2002, n.º 8.666/1993 e n.º 12.846/2013, LC n.º 123/2006, alterada pela LC n.º 147/2014, e nos Decreto Municipal n.º 20.191/2020, e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º ______, constantes do Processo Administrativo n.º 24.845/2022, bem como a Proposta da CONTRATADA.

Cláusula Décima Quinta – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Todas as disposições e especificações constantes deste Contrato, do Edital do procedimento licitatório citado no preâmbulo, em especial do Anexo ____ (Termo de Referência), são complementares entre si.

<u>Cláusula Décima Sexta – DO FORO</u>

Fica eleito o Foro da Comarca de Vitória da Conquista – BA para dirimir as dúvidas, conflitos ou omissões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

E por estarem ass	sim ajustados,	assinam o pre	esente CONTRATO), digitado por	mim	
(NOME COMPLE	TO DO DIG	TADOR), man	tendo todas as cláu	sulas constantes	s no anexo	do Edital do





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

Pregão Eletrônico n.º/20, em 03 (três) via também o assinam, para todos os fins de direito.	•	a presença das testemunhas abaixo, que
Vitória da Conquis	ta – BA , de	_ de 20
MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUIST		CONTRATADA
TESTEMUNHAS:		
1	2	
CPF:	CPF:	



Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

ANEXO IV - DECLARAÇÕES

[Razão Social do Licitante], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [Número do CNPJ do Licitante], sediada na [Endereço Completo], por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) [Nome completo do representante], portador da carteira de identidade nº [número do Registro Geral] e do CPF nº [Número do CPF do representante da Licitante], DECLARA que:

- cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às exigências do edital do Pregão Eletrônico sob o nº 000/202X, promovido pelo Município de Vitória da Conquista, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- II. não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de dezesseis anos, conforme disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, ressalvando-se a condição de menor aprendiz, cuja contratação é permitida nos termos da legislação;
- III. não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;
- IV. que informará imediatamente a este órgão a existência de fatos supervenientes impeditivos à sua habilitação quando da sua ocorrência, nos termos do §2°, artigo 32 da Lei n.º 8666/93.

LOCAL e DATA.
Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa
Nome do dirigente (ou representante legal) da empresa

Nota explicativa Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório. Esta declaração deverá ser preenchida e inserida no sistema juntamente aos documentos de habilitação.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ME E EPP

[Razão Social do Licitante], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [Número do CNPJ do Licitante], sediada na [Endereço Completo], por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) [Nome completo do representante], portador da carteira de identidade nº [número do Registro Geral] e do CPF nº [Número do CPF do representante da Licitante],

DECLARA que se ENQUADRA como Microempresa () ou Empresa de Pequeno Porte (), não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 11 do Decreto nº 6.204/2007.

DECLARA, ainda, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

LOCAL e DATA.	
Assinatura do dirigente (ou representante legal) da emp	oresa
Nome do dirigente (ou representante legal) da empre	esa

Nota explicativa Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório. Esta declaração deverá ser preenchida e inserida no sistema juntamente aos documentos de habilitação, **se for o caso**, em que a licitante DECLARA que se ENQUADRA como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

ANEXO VI - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N. xxx/2022
PROCESSO N. XXX/2022
OBJETO: [CONFORME O EDITAL]

EMPRESA	
CNPJ	
ENDEREÇO	
TELEFONE	
E-MAIL	
DADOS BANCÁRIOS	

AO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Em atendimento ao Edital do Pregão à epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

	LOTE XXXX							
Item	Descrição / Especificação	Unidade de Medida	MARCA	Quant máxima	Valor Unitário (em R\$)	Valor Total (em R\$)		
X.X	XXX	XX	XX	XX XX		XXX		
	XXX							
VALOR POR EXTENSO:								

Declaramos que o(s) item(ns) constante(s) desta proposta corresponde(m) exatamente às especificações descritas no Anexo n. 1 do Edital, às quais aderimos formalmente.

Na oportunidade, caso o objeto desta licitação nos seja adjudicado, indicamos como representante legal para assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, o(a) Sr.(a)

NOME COMPLETO	
FUNÇÃO	
CPF	





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

TELEFONE	
E-MAIL	
PRAZO DE VALIDADE D	A PROPOSTA: (por extenso) dias.
	LOCAL e DATA.
	Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa
	Nome do dirigente (ou representante legal) da empresa

OBSERVAÇÕES:

- (1) Emitir em papel que identifique o licitante.
- (2) A proposta de preços deverá conter necessariamente todas as especificações técnicas do objeto ofertado, onde não serão aceitas especificações com os dizeres "conforme o edital" ou "conforme o Termo de Referência do edital", ou dizeres semelhantes.
- (3) Esta licitação é por lote: Em atendimento ao Item 5.1 do Edital, a Proposta deverá ser preenchida e inserida no sistema juntamente aos documentos de Habilitação, em momento anterior à abertura das propostas, conforme prazo de acolhimento e recebimento da mesma.





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

ANEXO VII - DA RELAÇÃO DE ITENS E DO ORÇAMENTO ESTIMADO

LOTE 01 - FRUTAS

Item	Descrição/ especificação	Unid. de Medida	Quant. Mínima	Quant Máxim a	Valor estimado unitário (em R\$)	Valor total (em R\$)
1.1	UVA, de primeira, tipo Itália, verde, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	55	516	24,30	12.538,80
1.2	PERA, de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	30	286	12,67	3.623,62
1.3	MAÇA, de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	250	2411	11,23	27.075,53
1.4	BANANA, da prata, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	240	2311	4,08	9.428,88
1.5	ABACAXI, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	110	1049	6,63	6.954,87
1.6	MAMÃO PAPAIA in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	50	1056	4,88	5.153,28
1.7	MELANCIA, de primeira, in natura, com grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação e, condições adequadas para o consumo, ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	195	1935	2,18	4.218,30
1.8	AMEIXA in natura, com grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação e, condições adequadas para o consumo, ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	25	246	25,67	6.314,82
1.9	KIWI in natura, com grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação e, condições adequadas para	Kg	25	236	33,33	7.865,88







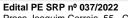
Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

	o consumo, ausência de sujidades, parasitas e larvas.						
1.10	MELÃO in natura, com grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação e, condições adequadas para o consumo, ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	41	407	6,77	2.755,39	
1.11	PÊSSEGO in natura, com grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação e, condições adequadas para o consumo, ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	24	231	34,92	8.066,52	
1.12	COCO VERDE in natura, com grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação e, condições adequadas para o consumo, ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Unid.	50	465	2,00	930,00	
	Total do lote 94.925,89						

LOTE 02 – BEBIDAS - (EXCLUSIVAMENTE PARA ME/EPP)

Item	Descrição/ especificação	Unid. de Medida	Quant. Mínima	Quant Máxima	Valor estimado unitário (em R\$)	Valor total (em R\$)
2.1	Suco de caixa (1litro): SUCO, de fruta, pronto para consumo, sabores variados. Na data da entrega, o prazo de validade indicado para o produto, não deverá ter sido ultrapassado na sua metade, tomando-se como referência a data de fabricação do lote, impressa na embalagem. Embalagem tetra pak, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da Anvisa/MS ou Ministério da Agricultura. Marcas de referência: Ades ou Del Valle	Unid.	160	1681	7,29	12.254,49
2.2	Suco de caixa de 200ml : SUCO, de fruta, pronto para consumo, sabores variados. Na data da entrega, o prazo de validade indicado para o produto, não deverá ter sido ultrapassado na sua metade, tomando-se como referência a data de fabricação do lote, impressa na embalagem. Embalagem tetra pak, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da Anvisa/MS ou Ministério da	Unid.	700	6972	2,54	17.708,88



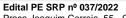
Praça Joaquim Correia, 55 - Centro Fone: (77) 3424-8515 / 3424-8516 CEP 45000-907 - Vitória da Conquista – Bahia compraspmvc@hotmail.com





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

	Agricultura. Marcas de referência:]		
	Ades ou Del Valle					
2.3	Água de coco em caixa de 200ml: o prazo de validade indicado para o produto, não deverá ter sido ultrapassado na sua metade, tomandose como referência a data de fabricação do lote, impressa na embalagem. Embalagem tetra pak, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da Anvisa/MS ou Ministério da Agricultura.	Unid.	240	2332	2,98	6.949,36
2.4	Isotônico Bebida Isotônica; Apresentação Liquida; Composta de Agua, Carboidratos, Cloreto de Sódio, Citrato de Sódio, Fosfato de Potássio; Acidulante, Aromatizante, Corantes Artificiais e Outras Substancias Permitidas; Embalagem Primaria Garrafa Plástica Hermeticamente Fechada; Com Validade Mínima de 5 Meses Na Data Da Entrega, 500 mL; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Resolução Rdc 18/10, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Administrativos Determinados Pela Anvisa. Marca de referência: Gatorade	Unid.	70	670	5,56	3.725,20
2.5	Refrigerante gaseificado. Bebida levemente gaseificada, com zero de açúcar, suco natural de limão, levemente gaseificada. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Garrafa com 500 mL. Marca de referencia: H20	Unid.	50	500	3,97	1.985,00
2.6	ADOÇANTE DIETÉTICO EM PO(SACHE), SUCRALOSE, ACESULFAME DE POTASSIO: Adoçante Dietético; Em Pó; Composto de Sucralose, Acesulfame de Potássio, Lactose, Antiumectante e Outros Ingredientes Permitidos; Embalagem Primaria Sache Individual, Pesando No Mínimo 0,5 Gramas Cada; Embalagem Secundaria Caixa de Papelão Reforçada; Com Validade Mínima de	Unid.	20	177	13,83	2.447,91









Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

					Total do lote	59.407,84
	mercadoria. marca de referência Nescau, todinho, Piracanjuba ou Itambé.					
2.7	o canudo, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de 200 ml, com selo do serviço de inspeção municipal (SIM) ou do serviço estadual de inspeção de produtos de origem animal, selo do serviço de inspeção federal (SIF). Validade de 09 meses a partir do recebimento da	Unid.	590	5900	2,43	14.337,00
	BEBIDA LÁCTEA UHT SABOR CHOCOLATE: BEBIDA LÁCTEA ACHOCOLATADO, LÍQUIDO, CHOCOLATE, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS - sabor chocolate. Acondicionada em caixa tetra pack (embalagem individual) com canudo acoplado e abertura para					
	28 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 331/19, In 60/19, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 271/05 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Caixa contendo 50 sachês.					

LOTE 03 – DIVERSOS - (EXCLUSIVAMENTE PARA ME/EPP)

Item	Descrição/ especificação	Unid. de Medida	Quant. Mínima	Quant Máxima	Valor estimado unitário (em R\$)	Valor total (em R\$)
3.1	Patê atum, Patê; Atum Com; Composto de Atum, Agua, Óleo, Amido, Açúcar, Ovo, Vinagre, Sal, Suco de Limão, Cebola, Alho; Salsa, Acidulante, Espessante e Outros Ingredientes Permitidos; Transportado e Conservado Em Temperatura Ambiente; Embalagem Primaria Hermeticamente Fechada e Atóxica; Com Validade Mínima de 15 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Instrução Normativa 21/00, Instrução Normativa 22/05, Decreto 30.691/52, Rdc 12/01, Rdc 259/02.; Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a	Unid.	80	755	10,31	7.784,05



Praça Joaquim Correia, 55 - Centro
Fone: (77) 3424-8515 / 3424-8516
CEP 45000-907 - Vitória da Conquista – Bahia
compraspmvc@hotmail.com





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

	MARCON AND DEC.]
	Verificação No Ato Da Entrega Aos					
	Procedimento Adm. Determinados					
	Pelo Mapa e Anvisa peso mínimo					
	150g Marcas de referência: Coqueiros					
	e Gomes da Costa.					
	Bombons sortidos. BOMBOM DE					
	CHOCOLATE 250 GRAMAS					
	Bombons sortidos de chocolate, caixa					
	contendo entre 17 e 19 unidades (ou					
	superior), de bombons com sabores					
	variados, embalagem com peso entre					
	250 e 300 gramas (ou superior). Obs: Cotar produto de 1ª qualidade. Suas					
3.2	condições Deverão Estar de Acordo	Caixa	65	647	13,30	8.605,10
3.2	Com a resolução Rdc 265/05, Rdc	Caixa	0.5	047	15,50	8.003,10
	12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc					
	14/14 e alterações Posteriores;					
	Produto Sujeito a verificação No Ato					
	Da Entrega Aos Procedimentos					
	Admin. Determinados Pela Anvisa;					
	Marcas de referência: Garoto, Nestlé,					
	Lacta.					
	Barras de cereais; Sabor variado;					
	Composta de Glicose, Farinha de					
	Arroz, Farinha de Trigo, Farinha de					
	Cevada, Aveia, açúcar, Sal, Óleo de					
	Palma, Lecitina de Soja,					
	Emulsificante, Antioxidante e					
	Aromatizante; Barra Pesando No					
	Mínimo 20 Gramas; Embalada Em					
	Material Flexível Laminado Pet/bopp					
3.3	Metalizado, Hermeticamente	Unid.	870	9602	2.45	21 205 40
3.3	Fechada; e Suas condições Deverão	Oma.	870	8692	2,45	21.295,40
	Estar de Acordo Com a Rdc 12/01,					
	Rdc 259/02, Rdc 359/03, Rdc 360/03,					
	Rdc 263/05, Rdc 14/14 e alterações					
	Posteriores; Produto Sujeito a					
	verificação No Ato Da Entrega Aos					
	Procedimentos Admin. Determinados					
	Pela Anvisa; Com Validade Mínima					
	de Validade mínima de 3 Meses Na					
	Data Da Entrega.					
	PAO DE FORMA, Tipo Tradicional,					
	Peca Fatiada; Composto de Farinha					
	de Trigo Enriquecida C/ferro e Ácido					
	Fólico, açúcar, Gordura Vegetal,					
	Leite Em pó; Sal, Reforçador, Agua,					
3.4	Fermento Biológico, Conservador;	Pacote	70	695	8,98	6.241,10
	Embalagem Primaria Saco Plástico					<u> </u>
	Atóxico e Lacrado; e Suas condições					
	deverão Estar de Acordo Com a Rdc					
	12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc					
	150/17, Rdc 263/05 e alterações Posteriores; Produto Sujeito a					
	Posteriores; Produto Sujeito a			j		





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

		,	1		1
verificação No Ato Da Entrega Ad Procedimentos Adm. Determinado Pela Anvisa; Com Validade mínim de 8 Dias Na Data Da Entrega; pes 500g. Granola: Mistura para o Preparo o Cereal; Granola Tradiciona Composta de Gérmen de Trigi Flocos Arroz, Uva Passa; Gergelin açúcar Mascavo, Semente o Linhaça; Coco Ralado, Extrato o Malte e Edulcorantes; Isenta o Sujidades e Materiais Estranho	le le le le le le				
Embalagem Primaria Saco plástico atóxico, Hermeticamente Fechado Com Validade mínima de 07 Meso Na Data Da Entrega; e Suas condiçõe deverão Estar de Acordo Com resolução 273/05, Rdc 12/01, Rc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 alterações Posteriores; Produt Sujeito a verificação No Ato D Entrega Aos Procedimentos Adr Determinados Pela Anvisa; por com peso de 350gramas	Pote Pote Pote Pote Pote Pote Pote Pote	21	205	18,57	3.806,85
Mix de castanhas com frutas seca contendo no mínimo Castanha de Pará; Castanha de Caju; Noze Avelã; Amêndoas; Damasco Amendoim; Uvas Passas; Lâminas o coco. pacote com peso de 1 Kg.	o s; Pacote	12	120	71,11	8.533,20
				Total do lote	56.265,70

LOTE 04 – DESCARTÁVEIS (EXCLUSIVAMENTE PARA ME/EPP)

Item	Descrição/ especificação	Unid. de Medida	Quant. Mínima	Quant Máxima	Valor estimado unitário (em R\$)	Valor total (em R\$)
4.1	Folha de alumínio de 7,5m x 45cm	Rolo	60	605	7,04	4.259,20
4.2	Filme estirável de PVC: Filme para Embalagem; Em Pvc, 9 Micras; Aderente e Flexível, Utilizado para Embalar e Proteger Materiais; Resistente a Perfuração, Atóxico, Inodoro; Medindo Largura 28 cm - Comprimento 300m; Apresentada Em Bobina;	Rolo	42	423	6,28	2.656,44
4.3	Prato Descartável; de Poliestireno, Redondo, Raso, de Sobremesa; Com Diâmetro Mínimo de 15 cm; e Profundidade mínima de 5 Mm; Na Cor Branca; Sem Divisão, Sem Tampa; Acondicionado Em	Pacote	370	3987	2,49	9.927,63



Praça Joaquim Correia, 55 - Centro Fone: (77) 3424-8515 / 3424-8516 CEP 45000-907 - Vitória da Conquista – Bahia compraspmvc@hotmail.com





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

	Embalagem Que Garanta a Integridade do Produto; (embalagem com 10 pratos)					
4.4	Pratos descartáveis: de Poliestireno, Redondo, Raso, de Sobremesa; Com Diâmetro Mínimo de 18 Cm; e Profundidade mínima de 5 Mm; Na Cor Branca; Sem divisão, Sem Tampa; Acondicionado Em Embalagem Que Garanta a Integridade do Produto; (embalagem com 10 pratos)	Pacote	284	2880	3,08	8.870,40
4.5	Garfo de plástico; para Refeição, Tipo Master; Em Polietileno, descartável; Medindo No mínimo 170 Mm de Comprimento; Espessura mínima de 3 Mm No Cabo; Na Cor cristal (embalagem com 50 unidades).	Pacote	140	1420	6,13	8.704,60
4.6	Guardanapos especiais de Papel; Medindo (23,5 x 23,5) Cm; Em Folha Dupla; Tipo Liso; Cor Branca; Alvura Superior a 70%, Conforme Norma Iso e 100% Celulose; Impureza Máxima 15mm2/m2, conforme Norma Tappi T437 Om-90; (embalagem com 50 unidades)	Pacote	280	2827	2,46	6.954,42
	1	1			Total do lote	41.372,69

LOTE 05 - REFRIGERANTE

Item	Descrição/ especificação	Unid. de Medida	Quant. Mínima	Quant Máxima	Valor estimado unitário (em R\$)	Valor total (em R\$)
5.1	Refrigerante a base de guaraná, cola e laranja, com aroma natural, sabor suave, garrafa de 2 litros, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Marcas referentes: Coca-Cola, Guaraná Antarctica.	Embalagem (pacote) com 06 (seis) unidades	150	1170	60,92	71.276,40
5.2	Refrigerante a base de guaraná, cola e laranja, com aroma natural, sabor suave, embalagem em lata (350ml), com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Marcas	Embalagem (pacote) com 12 (doze) unidades	730	729	48,85	35.611,65





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

	referentes: Coca-Cola, Guaraná Antárctica.					
5.3	Refrigerante zero a base de guaraná, cola e laranja, com aroma natural, sabor suave, embalagem em lata (350ml), com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Marcas referentes: Coca-Cola, Guaraná Antárctica.	Embalagem (pacote) com 12 (doze) unidades	22	220	52,40	11.528,00
					Total do lote	118.416,05

LOTE 06 - SALGADOS

Item	Descrição/ especificação	Unid. de Medida	Quant. Mínima	Quant Máxima	Valor estimado unitário (em R\$)	Valor total (em R\$)
6.1	SALGADOS FRITO PARA FESTA FINOS TIPO "A": Coxinha de galinha; Quibe de carne; Rissoles; Pastel de carne; Pastel de frango; Boliviano; Bolinha de queijo; Croquete de Bacalhau.	centos	100	978	222,50	217.605,00
6.2	SALGADOS ASSADO PARA FESTA FINOS TIPO "A": Folhado de abacaxi; Folhado de banana; Pastel de forno de frango; Pastel de forno de carne; Empada de galinha; Empada de bacalhau; Saltenha; Esfirra de carne; Esfirra de frango; Croissant de abacaxi; Quiche de peito de peru; Tortinha de camarão; Tortinha de bacalhau; Tortalete de Bacalhau; Tortalete de Camarão; Pãozinho com recheio Pãozinho sem recheio.	centos	100	968	196,67	190.376,56
6.3	Doce tipo Casadinho (finos tipo "A")	centos	30	306	193,33	59.158,98
6.4	Doce tipo Olho de sogra (finos tipo "A")	centos	30	293	193,33	56.645,69









Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

6.5	Doce tipo Brigadeiro (finos tipo "A")	centos	30	306	193,33	59.158,98
6.6	Doce tipo Uva empanada (finos tipo "A")	centos	30	296	193,33	57.225,68
6.7	Doce tipo Trufa (finos tipo "A")	centos	40	403	256,67	103.438,01
			•	•	Total do lote	743.608,30

LOTE 07 - LANCHES

Item	Descrição/ especificação	Unid. de Medida	Quant. Mínima	Quant Máxima	Valor estimado unitário (em R\$)	Valor total (em R\$)
7.1	LANCHE TIPO X SALADA: (pão de hambúrguer, hambúrguer, queijo, presunto, tomate, alface, milho verde, batata palha). Cada lanche deverá estar enrolado em papel de alumínio e acondicionado em embalagem de isopor e acompanhado de guardanapo, sachê de Ketchup, maionese e mostarda.	Unidade	2440	24467	15,25	373.121,75
		•	•	•	Total do lote	373.121,72

LOTE 08 - BISCOITOS E BOLOS

Item	Descrição/ especificação	Unid. de Medida	Quant. Mínima	Quant Máxima	Valor estimado unitário (em R\$)	Valor total (em R\$)
8.1	BISCOITOS doces e finos amanteigados, Petit four, sabores variados.	Kg	110	1102	43,67	48.124,34
8.2	BISCOITOS salgados finos sabores variados kg.	Kg	110	1106	43,67	48.299,02
8.3	BOLO DE AIPIM 500 g. Especificação: com dados de identificação do produto, fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Unid.	92	924	11,30	10.441,20
8.4	BOLO DE MILHO 500 g. Especificação: com dados de identificação do produto, fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Unid.	93	933	11,30	10.542,90
8.5	BOLO DE TRIGO 500 G. Especificação: com goiabada, farinha de trigo enriquecidas com ferro e ácido fólico, fécula ou amido, fermento químico, açúcar, ovo, gordura vegetal (preferencialmente livre de gorduras trans) ou óleo vegetal, isento de corantes na massa,	Unid.	110	1097	10,60	11.628,20



Edital PE SRP nº 037/2022

Praça Joaquim Correia, 55 - Centro Fone: (77) 3424-8515 / 3424-8516 CEP 45000-907 - Vitória da Conquista – Bahia compraspmvc@hotmail.com



Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

	vanuaue.				Total do lote	140.798,06
8.6	BOLO DE TRIGO 500 G. Especificação: Farinha de trigo enriquecidas com ferro e ácido fólico, fécula ou amido, fermento químico, açúcar, ovo, gorduras vegetal (preferencialmente livre de gorduras trans) ou óleo vegetal , isento de corantes na massa , com dados de identificação do produto, fabricante , data de fabricação e prazo de validade.	Unid.	101	1014	11,60	11.762,40
	com dados de identificação do produto, fabricante, data de fabricação e prazo de validade.					

LOTE 09 - COFFEE BREAK

Item	Descrição/ especificação	Unid. de Medida	Quant. Mínima	Quant Máxima	Valor estimado unitário (em R\$)	Valor total (em R\$)
9.1	COFFEE BREAK para 100 pessoas: café, refrigerantes, salgados fritos e assados com recheios de carne e frango e biscoitos com sabores variados; acompanhado de guardanapos, copos descartáveis e toalhas para mesa.	Unid.	24	252	2.619,33	660.071,16
9.2	COFFEE BREAK para 200 pessoas: café, refrigerantes, salgados fritos e assados com recheios de carne e frango e biscoitos com sabores variados; acompanhado de guardanapos, copos descartáveis e toalhas para mesa.	Unid.	10	104	5.459,56	567.794,24
9.3	COFFEE BREAK para 400 pessoas: biscoitos finos, folhados de abacaxi, folhados de banana, salada de frutas com granola, pão com patê, (sanduíche natural). Café com açúcar / sem açúcar, chocolate quente, suco de caju e suco de goiaba. Acompanhado de guardanapos, copos descartáveis e tolhas para mesa.	Unid.	10	67	11.666,67	781.666,89
9.4	COFFEE BREAK para 50 pessoas: café, refrigerantes, salgados fritos e assados com recheios de carne e frango e biscoitos com sabores variados; acompanhado de	Unid.	20	190	1.590,00	302.100,00





Secretaria Municipal de Gestão e Inovação Coordenação de Material e Patrimônio Gerência de Compras

guardanapos, copos descartáveis e toalhas para mesa.			
		Total do lote	2.311.632,29

